



ParlAmericas

Ano V Número 1 Versão em português



Foro Interparlamentario de las Américas
Fórum Interparlamentar das Américas



Forum interparlementaire des Amériques
Inter-Parliamentary Forum of the Americas



A Assembleia Nacional do Haiti continua com seus trabalhos legislativos apesar dos grandes desafios que enfrenta.

Após o terremoto

O Centro Parlamentar Canadense através de seu projeto de Apoio ao Parlamento Haitiano (PAPH) teceu, ao longo dos anos, relações sólidas com o parlamento haitiano. Logo depois do terremoto, assegurou presença constante e sistemática junto às autoridades parlamentares, notadamente desenvolvendo três fases de intervenção.

A Fase I que durou até o final de abril de 2010, visava atender as urgências e assegurar no curto prazo, a sobrevivência da instituição e seu mínimo funcionamento. A Fase II que compreende um período de transição de abril a dezembro de 2010, prevê o reordenamento institucional e funcional necessário ao bom funcionamento da instituição. A Fase III envolve uma série contínua de quatro a cinco anos, a partir de 2011, visando consolidar os ganhos dos quatro últimos anos e a reconstrução da instituição, a longo prazo.

A resposta do parlamento

Muito ativo, através de suas comissões especiais, o parlamento rapidamente se reorganizou e foi uma das primeiras vozes a fazer cobranças ao Executivo, interpelando o primeiro ministro.

De fato, os deputados se encontraram todos os dias nas semanas seguintes ao terremoto. A Câmara dos deputados convocou o primeiro ministro, entre outros

ministros, para cobrar explicações do Estado sobre a situação, após a sequência da inexistência de respostas dos primeiros dias.

Da mesma forma, o Senado recebeu o primeiro ministro para questioná-lo sobre a

Comissão especial sobre o controle e acompanhamento da ajuda humanitária. O Senado se reuniu à portas fechadas para adotar determinadas resoluções sobre a crise e redobrou as reuniões com especialistas, representantes da sociedade

Foto: Cortesia do Honorável Don Boudria/Centro Parlamentar.



Sede temporária da Assembleia Nacional na Academia Nacional de Polícia.

continuidade da ajuda humanitária. O parlamento se fez voz unida dos cidadãos e provocou debates instaurando comissões parlamentares destinadas a dar respostas objetivas diante da urgência que se apresentava.

As ações foram simultâneas, demonstrando um Parlamento preocupado com o bem estar dos eleitores e da população.

Deputados e senadores se encontraram em sessão extraordinária para a entrega parcial do relatório da

civil e sindicatos. Na rádio, os senadores multiplicaram as intervenções críticas sobre a gestão da crise e insistiram sobre a necessidade de se trabalhar unido nessa reconstrução.

Graças à intervenção do Parlamento, consultas públicas resultaram em várias resoluções que foram incorporadas ao Plano de Reconstrução do Haiti apresentado em 31 de março de 2010, na conferência de financiadores.

Para encerrar, o Parlamento votou, sob polêmica, a lei de urgência que permitiu, entre outras coisas, a injeção de fundos em torno de US\$14 bilhões para a reconstrução do Haiti e a alteração do artigo 232 da lei eleitoral em vigor, prolongando o mandato do Executivo. A partir de então, as plataformas políticas da oposição e organizações da sociedade civil exigem a demissão do Chefe de Estado, acusado de violar a Constituição.

O caminho é longo e árduo para este jovem Parlamento frente aos desafios que aguardam o Haiti. Ele se apresenta como o líder para proteger o bem comum, diante deste esforço gigantesco de reconstrução nacional.

Marie-Édith Hilaire trabalha no Projeto de Apoio ao Parlamento do Haiti (PAPH) do Centro Parlamentar do Canadá.

Neste número:

Lei chilena de proteção a refugiados	2
Parlamentares lutam contra a fome	3
XXI Reunião do Comitê Executivo	4
Apoio financeiro da ACDI	4
Calendário	4
Sobre o FIPA	4



Chile adota Lei de Proteção a Refugiados

Nem o recente terremoto que atingiu o Chile, nem a mudança do poder executivo interromperam a atividade legislativa do país.

Durante esse período, no dia 11 de março, o Senado chileno aprovou por unanimidade a Lei de Proteção ao Refugiado.

De acordo com a Agência das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), o ato aprimora a atuação do legislativo na proteção de refugiados na América Latina e estabelece a reputação do Chile e da região como um lugar onde as pessoas que fogem da violência e perseguição em seus países de origem, podem encontrar refúgio e apoio.

A nova lei contempla as obrigações internacionais da *Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951* e do *Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados de 1967*.

Ela inclui a definição universal e regional de *refugiado* e estabelece

um marco legal integral para regular a proteção e a criação de garantias e obrigações para refugiados e asilados. Também estipula procedimentos para regularização e orientação.

A lei instaura um procedimento especial para tratar os menores de idade que chegam sozinhos ao país; a concessão da autorização de residência permanente e a obtenção de documentos e nela está contemplada a criação de uma Comissão de Reconhecimento da Condição de Refugiado, a qual assessorará o Ministério do Interior e providenciará a informação necessária para decidir a outorga, a rejeição, a cessação, o cancelamento e a revogação do status do refugiado.

De acordo com números da ACNUR, existem no Chile cerca de 2000 refugiados e solicitantes que provêm de mais de 30 países.

Em 1999, o governo chileno e a ACNUR

assinaram um acordo marco para iniciar o programa de reassentamento de refugiados.

Essa decisão tornou o Chile o primeiro país da América do Sul a ter um programa deste tipo. Brasil, Argentina e Uruguai começaram a ter iniciativas semelhantes e espera-

exceção de Cuba, Guiana e algumas ilhas caribenhas.

Quase todos os países da região dispõem de órgãos, leis e procedimentos nacionais para definir a condição de refugiado.

Atualmente, 20 países da América Latina, incluindo Chile,

Foto: © ACNUR/I. Carmona/D. Guerrero



Menina refugiada do Sri Lanka conversa com suas colegas chilenas.

se que, em breve, o Paraguai as adote.

O marco legislativo e institucional para a proteção de refugiados se fortaleceu consideravelmente na região.

A grande maioria dos países latino americanos integra a *Convenção de 1951* e o *Protocolo de 1967*, a

adotaram a *Declaração do México e seu Plano de Ação*, criado em 2004.

Este ato estabeleceu ações concretas a fim de desenvolver políticas públicas adequadas, fortalecer o marco de proteção e obter soluções em situações de refugiados que América Latina enfrenta hoje.

Parlamentares contra a fome

O presidente do FIPA, o deputado brasileiro Luiz Carlos Hauly, junto com parlamentares integrantes dos poderes legislativos nacional, estaduais e regionais e representantes da sociedade civil organizada, participaram do primeiro Fórum da Frente Parlamentar contra a Fome, em São Paulo, Brasil, nos dias 4 e 5 de março.

Organizado conjuntamente pela Assembleia Legislativa de São Paulo e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), o Fórum permitiu o intercâmbio de opiniões, criou perspectivas para estabelecer linhas estratégicas comuns que garantam o direito a alimentação na região e dirigir a atenção para os orçamentos nacionais na luta contra a fome.

Este primeiro fórum faz parte do marco da iniciativa *América Latina e Caribe sem fome*, proposta pelo presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva e pelo então presidente da Guatemala Óscar Berger, em 2005.

Neste mesmo ano a FAO, por solicitação dos países membros da

iniciativa, adotou-a como uma de suas prioridades de ação nessa região e em 2008, líderes de todos os países da região decidiram apoiá-la.

Levando em conta o marco desta iniciativa, a FAO considerou essencial colaborar com as legislaturas desta região para garantir a institucionalização da luta contra a fome, já que o poder Legislativo determina as regras legais e aprova os programas orçamentários.

Durante sua participação no Fórum, o presidente Hauly se referiu às recomendações criadas em 2009 pelo Grupo de trabalho sobre segurança alimentar durante a Sexta Reunião Plenária do FIPA em Ottawa, Canadá.

Explicou que os países membros do FIPA poderiam criar programas contra a fome e executar um intercâmbio de medidas eficazes a esse respeito.

“Os parlamentos dão legitimidade à voz do povo”, disse o presidente Hauly, acrescentando que consequentemente, “é importante valorizar o papel dos parlamentares

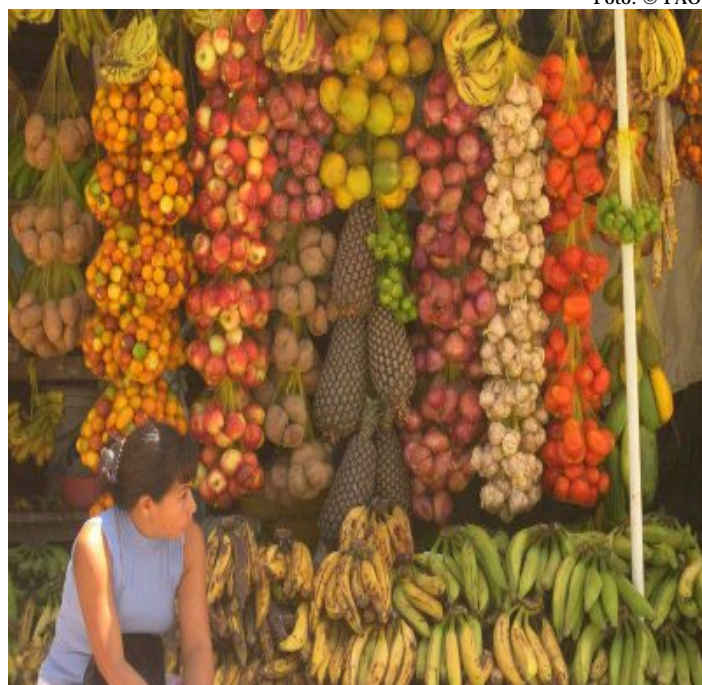


Foto: © FAO

O problema da fome na região não é de produção, mas sim de acesso aos alimentos.

durante o processo de tomada de decisões em nível global”.

A América Latina, incluindo o Caribe, foi a única entre as cinco regiões do mundo que conseguiu reduzir o número de pessoas com fome entre 1990 e 2005, de 53 para 45 milhões, de acordo com estudos da FAO.

Não obstante, nos últimos anos a cifra aumentou novamente a 53 milhões, dos quais 9 milhões são crianças menores de cinco anos.

Países com proteção constitucional do direito à alimentação

1. Argentina
2. Bolívia
3. Brasil
4. Colômbia
5. Cuba
6. Equador
7. Guatemala
8. Nicarágua
9. República Dominicana
10. Paraguai
11. Venezuela



Reunião no Panamá

O Comitê Executivo do FIPA se reuniu na Cidade do Panamá, Panamá, no período de 29 a 30 de janeiro, para sua XXI reunião. Por causa do terremoto que atingiu o Haiti, em 12 de janeiro, os congressistas adotaram uma resolução na qual se comprometeram a respaldar seus colegas do parlamento haitiano e trabalhar em nível regional para a prevenção e resposta a futuros desastres naturais.



Foto: Cortesia da Assembleia Nacional do Panamá.

Membros do Comitê Executivo analisam apoio ao Haiti.

Membros participantes do Comitê - representantes dos Paramentos do Brasil, Canadá, Equador, México, Panamá, Paraguai, República Dominicana e Trinidad e Tobago - decidiram incluir a prevenção em casos de emergência como um dos temas principais a ser tratado na VII Reunião Plenária no México, em novembro.

A Plenária abordará entre outros temas, segurança e crime transnacional, o papel da sociedade civil e o

fortalecimento da democracia.

Os assuntos discutidos pelo Comitê incluíram os preparativos para um workshop sobre comércio, a ser realizado no México; uma reunião do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas patrocinada pela Assembleia do Equador, e o projeto de um novo programa de capacitação para os parlamentares, financiado pela Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (ACDI).

Acordo ACDI-FIPA

O governo do Canadá, por meio da Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (ACDI) apoiará o FIPA com CAN\$ 2,7 milhões nos próximos cinco anos.

Este apoio respaldará o projeto *Fortalecimento do papel dos parlamentos na governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável das Américas* que será implementado em conjunto com o Centro

Parlamentar do Canadá, que administrará os fundos, e providenciará especialistas.

O projeto oferecerá capacitação para melhorar as práticas parlamentares e aumentar a contribuição dos parlamentos na criação de políticas em nível hemisférico. Também pretende ampliar a cooperação interparlamentar e criar um consenso sobre temas chaves para a região, entre eles, a igualdade de gênero.

COMITÊ EXECUTIVO DO FIPA

Presidente

- Deputado Luiz Carlos Hauly, Brasil

América do Norte

- Deputado James Bezan, Canadá
- Estados Unidos da América (delegado a ser confirmado)

América Central

- Deputada Maria Estela de la Cruz, República Dominicana
- Deputado Víctor Juliao, Panamá

Caraíbas

- Deputado Stanford Callender, Trinidad e Tobago
- Pres. da Câmara Rosemary Husbands-Mathurin, Santa Lúcia

América do Sul

- Senadora Nancy Patricia Gutiérrez, Colômbia
- Senador Alberto Grillón Conigliaro, Paraguai

Ex-presidente do FIPA

- Senadora Céline Hervieux-Payette, Canadá

Presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas

- Membro da Assembleia Nacional Linda Machuca Moscoso, Equador

País anfitrião da VII Reunião Plenária

- Senadora Adriana González Carrillo, México

Sobre o FIPA

O Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA) é uma rede independente composta dos órgãos legislativos nacionais dos países membros da Organização dos Estados Americanos (OEA), que visa promover a participação parlamentar no sistema interamericano.

Calendário

- **Workshop sobre a Rodada de Doha**, Cidade do México, 20 a 22 de maio de 2010
- **XXII Reunião do Comitê Executivo**, Assunção, Paraguai, 4 e 5 de junho de 2010
- **40ª Assembleia Geral da OEA**, Lima, Peru, 6 a 8 de junho de 2010
- **Reunião do Grupo de Mulheres Parlamentares**, Quito, Equador, 12 e 13 de agosto de 2010
- **VII Reunião Plenária do FIPA**, Cidade do México, novembro de 2010

FIPA
500-165 Sparks St.
Ottawa, Ontario K1P 5B9
Canada
Tel: +1 613-594-5222
Fax: +1 613-594-4766
info@e-fipa.org
www.e-fipa.org

O FIPA recebe apoio financeiro do Governo do Canadá, por meio da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional



FIPA é um colaborador do:



Centro Parlamentar
www.parlcent.ca

